

ENTRE A PALEOGRAFIA E A DIPLOMÁTICA: O ENCLAUSURAMENTO DE MULHERES NA SOCIEDADE COLONIAL

Rose Mary Souza de Souza ¹
Tássia de Abreu Santos Matos ²
Manoela Nunes de Jesus ³
Norma Suely da Silva Pereira ⁴

RESUMO

No período colonial, quando as relações entre o Estado português e a sua colônia na América eram fortemente assimétricas, requerimentos e petições eram utilizados pelos colonos para alcançar justiça no atendimento de suas necessidades junto às instâncias jurídicas e administrativas. No contexto da sociedade patriarcal, sob deferimento de documentos enviados às autoridades lusitanas, o enclausuramento feminino era com a justificativa de educar, “preservar a honra”, ou “corrigir os costumes” de mulheres de origens distintas. À vista disso, examinam-se aspectos das práticas culturais relativas à conjuntura, mediante uma análise crítico-filológica que inclui elementos paleográficos, diplomáticos e da Tradição discursiva, observados em dez documentos coloniais selecionados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). O referencial teórico é transdisciplinar e mobiliza conhecimentos ligados à Paleografia, à Diplomática, à Tradição discursiva e à História cultural. O presente estudo, além de expor parte das características da língua e de convenções socioculturais da época, contribui para a ampliação da reflexão acerca da reclusão feminina na América portuguesa, e suas motivações.

Palavras-chave: Paleografia, Diplomática, Tradição discursiva, Recolhimento feminino, Brasil Colônia.

INTRODUÇÃO

No período colonial, a prática do enclausuramento feminino, bem como outras formas de cerceamento da liberdade, foi empregada pela sociedade patriarcal lusa para garantir que as mulheres permanecessem submissas e “honradas”. Nesse contexto, os valores fundamentados pela Igreja, desde o período medieval, exerceram autoridade sobre

1 Bacharel em Inglês pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduanda em Letras Vernáculas/UFBA. Pesquisadora IC/PIBIC/CNPq/voluntária. E-mail: rosemsouza@gmail.com;

2 Graduanda do curso de Letras Vernáculas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: tassiasmatos@hotmail.com;

3 Graduanda do curso de Letras Vernáculas e Língua Estrangeira Moderna (Inglês) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista PIBIC/FAPESB. E-mail: manoelanunesdejesus@hotmail.com;

4 Professora Associada do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora do Grupo de Estudos *Escrita e Práticas Culturais*, ligado ao *Nova Studia Philologica*, cadastrado no CNPq. E-mail: normasuelypereira@yahoo.com.br.

a vida das mulheres, ditando como deveriam ser e agir, combatendo e punindo os comportamentos divergentes (ALGRANTI, 1993).

Os conventos e recolhimentos femininos erguidos na América Portuguesa, ratificavam a manutenção da exigência do “recato” e da “contrição” às mulheres na época. Jovens brancas, oriundas de lares abastados ou órfãs desvalidas, eram aí educadas para serem destinadas à vida religiosa ou preparadas para o matrimônio; mulheres casadas ficavam reclusas para que fossem “preservadas” de qualquer “falha moral” enquanto seus maridos estivessem ausentes, a serviço do Reino; viúvas, geralmente integrantes das camadas socioeconômicas mais favorecidas, eram recebidas quando destituídas de amparo masculino; e as mulheres consideradas transgressoras, classificadas como “decaídas”, eram enclausuradas por decisão do patriarcado e das autoridades eclesiásticas (SOUZA; PEREIRA, 2018; ALGRANTI, 1993).

Acredita-se que um maior conhecimento desse passado pode contribuir para compreender e combater não só o silenciamento, mas também outras formas de violência contra a população feminina, que ainda persistem. À vista disso, objetiva-se expor e analisar alguns dos aspectos das práticas culturais relativas às mulheres no contexto do recolhimento, ao tempo em que examinam-se elementos paleográficos, diplomáticos e da Tradição discursiva, observados na análise crítico-filológica do *corpus* selecionado.

O estudo alcançou, como resultados principais, a ampliação da reflexão acerca do recolhimento feminino na América portuguesa, analisando as motivações para a reclusão, e mapeando características da escrita do período com exame dos diferentes tipos caligráficos que foram encontrados no *corpus*, processo que pode ser útil a outros pesquisadores na investigação de manuscritos com características semelhantes. Nesse sentido, reitera-se a importância da recuperação dos testemunhos históricos que ajudam a recontar a narrativa de civilizações pretéritas, mas também a utilização de tais considerações para compreensão de questões adversas da sociedade contemporânea. Nas leituras, optou-se por transcrições conservadoras, que preservam as características da língua, para que se possa contribuir com outros estudos.

METODOLOGIA

Para compor o *corpus*, foram selecionados, no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, dez documentos manuscritos. Como critérios para a escolha dos registros foram definidos: o tipo documental, optando-se por requerimentos e petições propostos

ou escritos por mulheres; o recorte temporal entre os séculos XVIII e XIX e, por fim, o teor do documento, buscando-se textos que informassem sobre as diferentes motivações de enclausuramento do público feminino na América portuguesa.

Para a análise das fontes, recorreu-se a uma base teórico-metodológica transdisciplinar que, centrada no labor filológico, estabelece diálogo com outras disciplinas, a saber: a Paleografia, que desempenha um papel fundamental para o entendimento e decodificação dos documentos, tendo em vista as mudanças que a língua sofreu no decorrer do tempo (ACIOLI, 1994); a Diplomática, que permite a compreensão da estrutura formal dos registros, e a Tradição discursiva, que permitiu mapear os elementos que, em se repetindo, legitimam os manuscritos enquanto documentos oficiais e jurídicos (DURANTI, 2015; KABATEK, 2006; BELLOTTO, 2002). Por fim, ressalta-se a função da História cultural no estudo das atitudes, comportamentos e hábitos sociais presentes no período colonial, entre os quais aqueles que mantinham as mulheres reclusas em estabelecimentos religiosos (ALMEIDA, 2003; AZZI, 1983).

Objetivando preservar as características originais dos textos, foram adotados critérios de transcrição, com base no proposto pela Comissão de elaboração de Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil (2001). Assim, conservou-se a grafia original, mantendo-se, inclusive, as fronteiras entre palavras, as consoantes geminadas, a acentuação, a pontuação, além das de maiúsculas e minúsculas, como no fac-símile; colocaram-se entre colchetes as palavras ou letras conjecturadas; e desdobraram-se as abreviaturas, inserindo-se a parte ampliada em *itálico*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

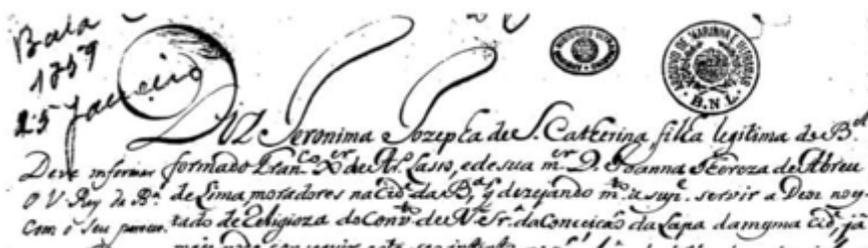
Na América portuguesa, diversas poderiam ser as razões que levavam à reclusão feminina. Dentre elas, destacam-se a devoção, a educação e, ainda, a transgressão dos costumes vigentes, isto é, quando as mulheres, por ousarem romper com a realidade imposta pelo patriarcado, eram rejeitadas e retiradas do convívio familiar, sendo enviadas para conventos e recolhimentos, instituições de enclausuramento que diferiam apenas quanto ao aspecto legal. Nos primeiros, as moças poderiam fazer votos religiosos, para isso sujeitando-se às normas específicas de uma existência conventual e vivendo sob a disciplina rígida determinada pelos preceitos católicos. Já nos recolhimentos, casas organizadas à maneira de convento, não havia possibilidade de fazer votos solenes, pois



as recolhidas não estavam sob a égide da Igreja e, em geral, podiam entrar e sair com a permissão de seus familiares ou das autoridades civis (ALMEIDA, 2003; AZZI, 1983).

No *corpus* selecionado, observaram-se duas razões principais para a reclusão feminina: a formação religiosa, encontrada como motivação para o enclausuramento em sete registros, e a punição, presente em três manuscritos, como exemplificado a seguir:

Figura 1 – Solicitação de reclusão por devoção (fragmento):

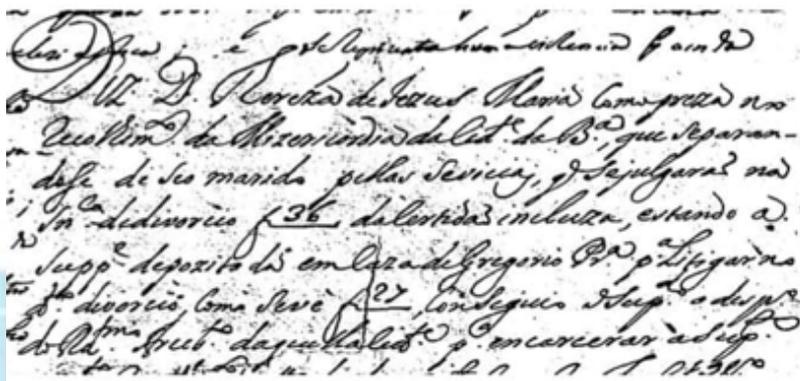


Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. [ant. 1759]. Brasil-Baía. Cx. 139. Doc. 10725. L. 2-5.

Transcrição⁵:

Diz Jeronima Jozepha de Santa Catherina, filha legitima do Bacharel / formado Francisco Xavier de Antonio Lasso, e de sua mulher Dona Joanna Thereza de Abreu / de Lima, moradores na Cidade da Bahia, que dezejando muito asuplicante servir a Deoz no es- / tado de Religioza do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa da mesma Cidade, já [...]. Elaboração das autoras.

Figura 2 – Recolhimento compulsório por divórcio (fragmento):



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. [ant. 1757]. Brasil-Baía. Cx. 130. Doc. 10169. f. 1r. L. 2-8.

Transcrição:

Diz Dona Thereza de Jesus Maria comopreza no / Recolhimento da Mizericórdia da Cidade da Bahia, que separan- / dose de seo marido pellas sevicias, que se julgaraõ na / sentenca de divorcio folio 36 dacertidaõ incluza, estando a / supplicante depositada em Cazade Gregorio Pereira para Litigar no / dito divorcio, como se ve folio 27, conseguiu o despacho do Reverendissimo Arcebispo daquella Cidade para encarcerar asuplicante [...]. Elaboração das autoras.

⁵ Para a transcrição dos fragmentos, considerou-se apenas o texto principal e não foram transcritas as anotações marginais.

O primeiro fragmento relata o desejo de J. J. de alcançar a reclusão para fazer votos religiosos, apesar de não poder pagar o valor estabelecido pelo convento. Já o segundo, por outro lado, traz a perspectiva de T. J. M., mulher que, após iniciar um processo de divórcio, por causa dos maus-tratos que sofria do marido, foi colocada contra a sua vontade em um recolhimento, o que a fez perder sua liberdade, bens e saúde.

No que tange aos aspectos paleográficos do escopo, destacou-se a pluralidade de tipos caligráficos do período. Com o fim do domínio das escolas caligráficas, após a invenção da imprensa e a ausência de uma norma específica, a escrita cursiva passou a apresentar uma grafia mais ou menos irregular, traçada na maioria das vezes sem o descanso das mãos e sujeita a personalizações, conforme o gosto pessoal de cada escrevente, mostrando ângulos variados, com traços grossos ou finos, a depender da pressão do instrumento da escrita sobre o suporte, numerosas ligaduras e diversificação do sentido dos traços para a esquerda ou para a direita (HIGOUNET, [1997] 2003).

Independentemente da variedade dos modelos caligráficos, constata-se, como característica comum nos documentos editados, uma escrita com uma leve inclinação do traçado à direita, de fácil leitura, com letras harmoniosas e elegantes, revelando mãos hábeis e com traçado regular na distribuição das linhas, conforme exemplos a seguir:

Figura 3 – Fragmento do manuscrito (1784):



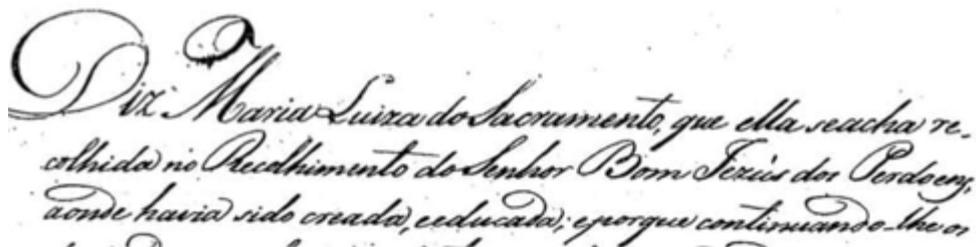
*Diz Anna Joaquina Educanda
no Convento da Soledade das Relegiozas ursilinas da cidade da Bahia que
ella sup' foi detenna idade criada, e educada no ditto Convento desorte que*

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. [1784]. Brasil-Baía. Cx. 60. Doc. 11516. L. 2-7.

Transcrição:

Diz Anna Joaquina Educanda / no Convento da Soledade das Relegiozas ursilinas da cidade da Bahia que / ella suplicante foi detenna idade criada, e educada no ditto Convento desorte que[...]. Elaboração das autoras.

Figura 4 – Fragmento do manuscrito (1805):



*Diz Maria Luiza do Sacramento, que ella seacha re-
colhida no Recolhimento do Senhor Bom Jezus dos Perdoens,
aonde havia sido creada, eeducada; e porque continuando-lhe os*

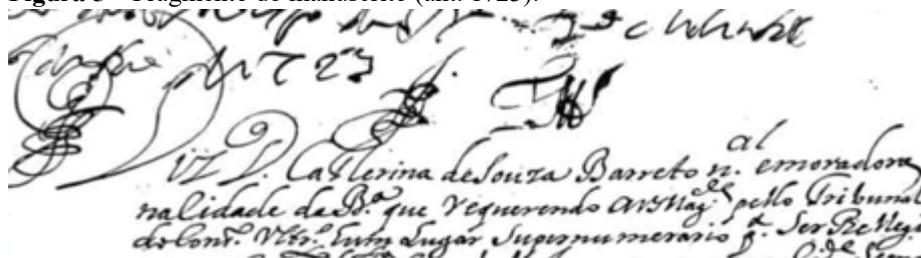
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. [1805]. Brasil-Baía. Cx. 138. Doc. 27422. L. 2-7

Transcrição:

Diz Maria Luiza do Sacramento, que ella seacha re- / colhida no Recolhimento do Senhor Bom Jezus dos Perdoens, / aonde havia sido creada, eeducada; e porque continuando-lhe os [...]. Elaboração das autoras.

Ao contrário dos recortes expostos acima, na figura abaixo a escrita, além de ultrapassar a linha imaginária do suporte, possui traçados rápidos e várias ligaduras com hastes descendentes e ascendentes, algo que pode ocasionar, por vezes, certa dificuldade de leitura.

Figura 5 – Fragmento do manuscrito (ant. 1723):



*Viz D. Catherina de Souza Barreto n. emmoradora
naCidade daBahia que requerendo aVossa
Magestade pello Tribunal / doConselho Ultramarino hum Lugar Supernumerario para Ser Rellegi-*

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. [ant. 1723]. Brasil-Baía. Cx. 16. Doc. 1430. L. 2-7.

Transcrição:

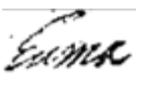
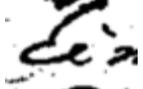
Diz Dona Catherina de Souza Barreto natural e moradora / na Cidade da Bahia que requerendo a Vossa Magestade pello Tribunal / do Conselho Ultramarino hum Lugar Supernumerario para Ser Rellegi- [...]. Elaboração das autoras.

Vale destacar, consoante a Dolácio Mendes (1953), que dentre as adversidades encontradas durante a leitura paleográfica, evidenciam-se a qualidade da tinta e do suporte, a grafia e o vocabulário do período, a dimensão das letras, as abreviaturas e as tentativas de modificar a escrita pelos copistas por gosto pessoal ou descuido. A partir disso, Fachin e Costa (2015) assinalam que o estabelecimento do alfabeto e a observação do trajeto na formação de cada letra é uma das maneiras mais produtivas para o

levantamento das características da escrita, possibilitando observar os diversos tipos de grafemas e suas variantes ou alógrafos.

Nessa perspectiva, enfatizam-se alguns grafemas que podem funcionar como obstáculos para a transcrição de documentos manuscritos, dentre eles o <h>, que pode causar dúvidas durante a leitura por assemelhar-se com o grafema <E>; o <d> minúsculo com sua haste inclinada à direita, aproximando-se a forma de um arco, ou à esquerda; e o <r> minúsculo, levemente inclinado à esquerda ou com uma forma semelhante à do numeral 2, como exemplificado nos quadros abaixo:

Quadro 1 – Grafema <h>:

GRAFEMA	SÉCULO XVIII			SÉCULO XIX	
	<h>				
	huma	hum	hé	sahir	exhibiçãõ

Fonte: Elaboração e grifo das autoras.

Quadro 2 – Traçado dos grafemas <d> e <r>:

GRAFEMAS	SÉCULO XVIII		SÉCULO XIX	
	MAIÚSCULAS	MINÚSCULAS	MAIÚSCULAS	MINÚSCULAS
D-d				
R-r				

Fonte: Elaboração das autoras

Em relação aos aspectos diplomáticos, dada a exiguidade de espaço no artigo, optou-se por evidenciar apenas os elementos intrínsecos, observando as três partes principais que constituem um documento: o protocolo inicial ou cabeçalho, o texto e o protocolo final ou escatocolo (DURANTI, 2015; BELLOTTO, 2002). Com o intuito de

constatar as marcas da tradição estrutural perpetuada pelos registros peticionais, propõe-se uma análise mais detalhada de aspectos de dois dos componentes intrínsecos que identificam e especificam o *corpus* em questão: as fórmulas de invocação, no protocolo inicial, e as fórmulas finais e assinaturas, no escatocolo ou protocolo final.

No que diz respeito ao protocolo inicial, os documentos escolhidos empregam a invocação “Senhor”/“Senhora”, localizada na parte superior do suporte, para referenciar as autoridades a quem se destinam. Dentre os receptores, sobressaem-se D. João V (Lisboa, 22 de outubro de 1689 – Lisboa, 31 de julho de 1750), D. José I (Lisboa, 6 de junho de 1714 – Sintra, 24 de fevereiro de 1777), D. Maria I (Lisboa, 17 de dezembro de 1734 – Rio de Janeiro, 20 de março de 1816) e D. João VI (Lisboa, 13 de maio de 1767 — Lisboa, 10 de março de 1826).

Quadro 3 – Formas de Invocação “Senhor”/“Senhora”:

DATA DO DOCUMENTO	IMAGEM	INVOCAÇÃO
[ant. 1723]		Senhor
[ant. 1795]		Senhora

Fonte: Elaboração das autoras.

É válido pontuar que, ainda que D. Maria I tenha sido a rainha no período em que três dos dez manuscritos foram redigidos, os mesmos têm como alocutário seu filho D. João IV, responsável por formar, com a ajuda de José de Bragança e do Marquês de Pombal, uma conspiração contra a própria mãe para atuar como regente em seu nome (PRIORE, 2019).

Em relação ao protocolo final, os registros eleitos possuem, como uma das principais partes, as fórmulas “Espera Receber Merce” ou “E Recebera Merce”, ambas representadas pela abreviatura “ERM”. Na primeira situação, infere-se o uso do gênero petição, no qual não se tem a certeza quanto ao amparo legal do pedido e se a reivindicação será aceita pela autoridade pública. Já no segundo verifica-se, a princípio, a presença do gênero requerimento em que, ao contrário da petição, a solicitação está respaldada por atos legais e tem-se a convicção de que o que foi requisitado será atendido.

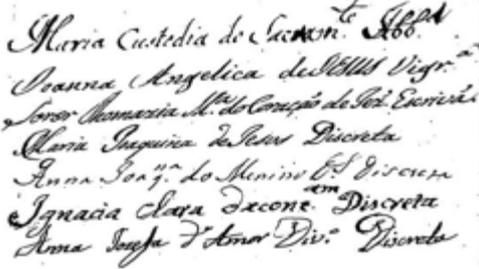
Quadro 4 – Variações da apresentação da fórmula diplomática final “*Espera Receber Merce*”/ “*E Recebera Merce*”:

DATA DO DOCUMENTO	IMAGEM	DESDOBRAMENTO
[1784]		<i>Espera Receber Merce</i>
[post. 1777]		<i>E Recebera Merce</i>

Fonte: Elaboração das autoras.

É importante ressaltar, ainda, que dois dos dez documentos selecionados apresentam algo raro para a época: a assinatura de mulheres. Na sociedade colonial, de acordo com Rachi (2016), a habilidade de ler e escrever era restrita a uma camada social mais privilegiada, sendo comum para a população mais pobre e analfabeta, assim como para outros grupos excluídos, tais como mulheres, escravos e pessoas com deficiência, recorrer a mãos alheias para elaborar registros peticionais e, conseqüentemente, obter justiça e mercês desejada.

Quadro 5 – Assinaturas:

[ant. 1795]	[ant. 1804]
	

Fonte: Elaboração das autoras.

A existência de um formulário específico para determinados gêneros, como é o caso dos documentos peticionais aqui examinados, era, e permanece sendo, uma prática regular na administração pública. Dessa maneira, entende-se que a repetição dos elementos expostos, ao legitimar os registros selecionados enquanto documentos verídicos e legais, retrata o contexto comunicativo da época e pode ser analisada à luz da Tradição discursiva (TD).

Para Kabatek (2006, p. 510), a TD é “a relação de um determinado texto da história com outro texto anterior: uma relação temporal com repetição de algo”, sendo

que esse “algo” se materializa pela retomada total, parcial ou apenas estrutural de um dado discurso. Assim, pode-se afirmar que os manuscritos que compõem o *corpus* de investigação são marcados pela reprodução de uma mesma organização composicional, a qual sustenta, com causas diversas, um único propósito comunicativo: a admissão de mulheres em instituições religiosas de reclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de restauração, preservação e circulação dos manuscritos revela práticas culturais do passado, muitas das quais, reproduzidas na contemporaneidade, permitindo rever ou reformular conceitos já consolidados acerca do enclausuramento de mulheres, dando a conhecer algumas das suas motivações, segundo os valores patriarcais do período. Desse modo, salienta-se a relevância de se priorizar leitura e transcrição conservadoras para aperfeiçoar os saberes paleográficos e tornar os manuscritos do passado acessíveis para os que desejam saber mais sobre as particularidades linguísticas e socioculturais do Brasil colonial.

A análise dos aspectos paleográficos e diplomáticos presentes nos documentos escolhidos possibilitou tanto a observação de algumas das características presentes na escrita dos séculos XVIII e XIX, como permitiu detalhar aspectos relativos às partes que compõem a estrutura dos documentos peticionais e que perpetuam a função a que servem. Por meio da análise dos elementos diplomáticos, foi possível estabelecer diferenças entre dois tipos documentais, o requerimento e a petição, definindo-os e caracterizando-os. Além disso, outra contribuição importante da análise diplomática foi a viabilidade de observar a presença, no *corpus*, de uma situação pouco comum no lapso temporal elegido: mulheres assinando documentos, questão ainda pouco estudada pela História cultural, justamente pela carência de testemunhos e problemas muitas vezes encontrados no acesso aos manuscritos, o que mais uma vez remete à necessidade do estabelecimento de bases teórico-metodológicas plurais para uma adequada abordagem dos registros.

Reitera-se, ainda, a importância de um respaldo prévio de caráter transdisciplinar, de acordo com os eventos que se quer examinar, uma vez que um simples equívoco no processo de edição pode ser o suficiente para gerar um fato de língua inexistente, uma interpretação imprecisa e, até mesmo, o apagamento dos testemunhos históricos.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, V. L. C. **A escrita no Brasil colônia**: um guia para a leitura de documentos manuscritos. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana: Editora UFPE, 1994.

ALMEIDA, S. C. C. de. **O sexo devoto**: normatização e resistência feminina no Império Português – XVI-XVIII. 2003. 319 f. Tese (Dout. em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ALGRANTI, L. M. **Honradas e Devotas**: mulheres da colônia (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste; 1750-1822). Brasília: EDUNB; Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

AZZI, R. **A vida religiosa no Brasil**: enfoques históricos. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

DURANTI, L. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, jan./jun, 2015. p. 196-215. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/600>. Acesso em: 19 jul. 2020.

FACHIN, P. R. M.; COSTA, R. F. A escrita no século XVIII. *In*: MEGALE, H.; TOLETO NETO, S. de A.; FACHIN, P. R. M (org.). **Por rumos da agulha**: documentos de ouro do século XVIII. São Paulo: Editora Cubo, 2015. p. 17-36.

HIGOUNET, C. Problemas de hoje e de amanhã. *In*: HIGOUNET, C. **História concisa da escrita**. Trad. Marcos Marcionílio. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 159-179.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. *In*: LOBO, T. *et al.* (org.). **Para a história do português brasileiro**: novos dados, novas análises. Salvador: Edufba, 2006. p. 505-530.

MENDES, U. D. Dificuldades da leitura paleográfica. *In*: MENDES, U. N. **Noções de paleografia**. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo: Secretaria de Educação, 1953. p. 85-106.

PRIORE, M. del. **D. Maria I**: as perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como “a louca”. São Paulo: Benvirá, 2019.

RACHI, S. **Por mãos alheias**: usos da escrita na sociedade colonial. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2016.

REQUERIMENTO da abadessa e das mais religiosas do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa [ant. a 12 jan. de 1804]. Disponível em:
http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_AV/154295. Acesso em: 07 set. 2020.

REQUERIMENTO de Ana Ferreira Maciel, filhos e genros à rainha [D. Maria I], [ant. a 13 ago. de 1795]. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/126514. Acesso em: 12 jul. 2020.

REQUERIMENTO de Anna Joaquina, educanda do Convento da Soledade das Religiosas Ursulinas da Bahia [1784]. Disponível em:
http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_CA/29802. Acesso em: 16 ago. 2020.

REQUERIMENTO de Catarina de S. Barreto ao rei [D. João V], [ant. a 6 fev. 1723]. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_AV/10771. Acesso em: 23 jul. 2020.

REQUERIMENTO de D. Isidora Thereza da França Pinheiro. s.d. [post. 1777]. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_CA/27068. Acesso em: 16 ago. 2020.

REQUERIMENTO de Francisca Maria ao rei [D. João V], [ant. a 8 fev. 1747]. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_AV/55666. Acesso em: 16 ago. 2020.

REQUERIMENTO de Jerônima Josefa de Santa Catarina ao rei [D. José], [ant. a 19 jan. 1759]. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_AV/86749. Acesso em: 16 ago. 2020.

REQUERIMENTO de Maria Luiza do Sacramento [1805]. Disponível em:
http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_CA/67197. Acesso em: 07 jan. 2020.

REQUERIMENTO de Maria Rita da Soledade ao príncipe regente [D. João], [ant. a 4 jan. 1804]. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_ba_av/154275. Acesso em: 17 ago. 2020.

REQUERIMENTO de Teresa J. Maria ao rei [D. José], [ant. a 1 abr. 1757]. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_AV/81018. Acesso em: 06 ago. 2020.

SOUZA, R. M. S. de; PEREIRA, N. S. da S. Práticas culturais na Bahia colonial: o recolhimento de mulheres adúlteras. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA, 22, 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2018. p. 697-708. Disponível em:
http://www.filologia.org.br/xxii_cnlf/cnlf/tomo2.htm. Acesso em: 19 jul. 2020.